



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

## ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ DO DIA 29 DE MARÇO DE 2018

Aos 29 dias do mês de março de dois mil e dezoito, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltaram a esta sessão os Srs. Deputados Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão, Filomena Margarida Gonçalves Marques, António Samuel Lopes Fernandes da Cunha e Maria de Jesus Magalhães Vieira Elias. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues, Luís Azevedo e Margarida Cascarejo. -----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Canelas, e secretariada pelos Senhores Secretários Mário Vaz e Glória Veiga, que foi convidada pelo Sr. Presidente para substituir a Segunda Secretária, Denisa Simão. -----

Verificada a existência de “quórum” foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 14.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: -----

**UM:** “Proposta de Regulamento Municipal de atribuição de apoio às Freguesias e respetivo Protocolo”; -----

**DOIS:** “Correção material do Plano Diretor Municipal de Alijó”. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Disse: -----

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2018, pelas 14h 45m, reúne na sala de sessões da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal em sessão extraordinária. -----

Passo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados Municipais, Público que também está aqui associado à nossa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Um agradecimento aos colaboradores que proporcionam a logística destas nossas reuniões. -----

A presente sessão extraordinária, a pedido da Câmara Municipal, consta de dois pontos únicos da ordem do dia, pelo que fica inviabilizado o período de antes da ordem do dia por ser extraordinária. -----

Estes assuntos são ambos de extrema importância para os cidadãos do Concelho, para os quais reforço a necessidade de consensos entre as forças políticas, aqui representadas e em particular para os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, que julgo que serão a quem se destina muito mais este ponto primeiro. -----

No primeiro ponto da ordem do dia consta a proposta de Regulamento Municipal de atribuição de apoios às Freguesias e respetivos Protocolos. Este ponto vai ser desdobrado em duas votações autónomas. A primeira, tal como aconteceu já na reunião da Câmara Municipal, a aprovação do Regulamento Municipal de atribuição de apoio às Freguesias e respetivo Protocolo. O segundo ponto, dentro deste, ou segundo subponto, aprovação da denúncia dos Acordos de Execução nos termos da alínea k), do n.º 4, do artigo 134º, do anexo da Lei n.º 75/2013. -----

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Queria, antes de mais e porque corro o risco de me esquecer, desejar a todos uma feliz Páscoa. -----

Srs. Deputados, estamos hoje aqui reunidos, tal como foi prometido na sessão ordinária da Assembleia Municipal anterior, para discutirmos, para analisarmos e para votarmos, uma proposta de regulamento para transferências de apoios para as Juntas de Freguesia e respetivo protocolo. -----

Quero dizer que o Executivo permanente levou a cabo uma série de reuniões. Reuniu com todas as Juntas de Freguesia, exatamente para lhe dar conta da estratégia a seguir. Para lhe dar conta dos termos principais deste regulamento, para que não constituísse propriamente uma surpresa a apresentação, agora aqui, este regulamento. -----

Como todos sabemos, estava em vigor um acordo de execução, que vigorou durante o mandato anterior e que hoje vem aqui também para que seja deliberada a sua denúncia, que era feito, basicamente, ou exclusivamente, com base na delegação de competências constantes na Lei 75/2013, designadamente o artigo 132º. -----

Fomos verificando ao longo do mandato e por uma relação estreita também com as Juntas de Freguesia, que havia extrema dificuldade em que as Juntas de Freguesia justificassem os apoios transferidos, por duas razões. Uma delas tinha a ver propriamente com a situação financeira das Juntas de Freguesia, também já se falou disso aqui por mais de uma vez. E uma outra razão tinha a ver com a dificuldade que as Juntas sentiam por não terem aplicabilidade no terreno de determinadas competências. Portanto, inventava-se um pouco, permitam-me que use este termo. -----

Sentimos, portanto, enorme dificuldade por parte das Juntas em conseguir que a Câmara, em conseguir os meios financeiros que estavam ao seu dispor em orçamento municipal, para cumprir, digamos, aquilo que eram as tarefas básicas e que lhes estão, por lei, alocadas. -----

E por isso, o Executivo Municipal achou que tinha de repensar todo este processo, toda a forma de transferência de apoios para as Juntas de Freguesia e que não faria sentido manter o modelo anterior porque ele é, de certa forma, injusto. Se há efetivamente Juntas de Freguesia em que grande parte daquelas competências se aplicam, uma boa parte dessas Freguesias não têm essas competências, não se aplicam. E portanto, estaríamos a prejudicar umas Juntas de Freguesia relativamente às outras. -----

Portanto, enveredou-se por um critério transversal a todas as Juntas de Freguesia, que é o reforço das competências próprias das Juntas de Freguesia. O reforço daquelas que são, hoje, por lei, as competências próprias das Juntas de Freguesia. Não vejo critérios mais justos, critério mais transparente, porque ele é transversal e, obviamente, comum a todas as Freguesias. -----

Sabendo isso e porque sabemos também que constituem atribuições dos Municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, sempre em articulação, claro está, com as Juntas de Freguesia, mas para que as Juntas de Freguesia

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

*[Handwritten signature]*  
3

possam cumprir os objetivos a que se propuseram, nem sempre dispõem dos meios suficientes para tal. -----

E portanto, consideramos justo e de superior interesse para a população do nosso Município, que as Freguesias sejam apoiadas na realização, como disse, naquilo que são as suas competências próprias, atribuídas por lei, segundo, obviamente, regras de transparência, de igualdade, de imparcialidade e justiça, proporcionalidade e persecução do interesse público. ----

Este modelo de regulamento tem claras vantagens relativamente ao modelo que vinha do passado. Este regulamento vem, sem dúvida alguma, estou convicto disso e foi isso que eu notei da conversa que fui tendo com as Juntas de Freguesia, este regulamento vem facilitar muito a vida às Juntas de Freguesia. Ao financiar as competências materiais das Juntas de Freguesia permite que estas libertem fundos do seu financiamento corrente para que invistam noutras atividades que vêm tendo. -----

Sem dúvida alguma, também permite que se alargue muito o leque de competências a financiar. Serão as Juntas de Freguesia, repito, serão as Juntas de Freguesia a escolher, com total autonomia e em absoluta liberdade, quais as competências materiais que querem ver financiadas, com verdadeiro aumento do financiamento através deste regulamento. O montante disponível no orçamento municipal para 2018 para financiamento daquilo que são as competências próprias das Juntas de Freguesia, ronda os 400 mil euros. Não tenho memória que alguma vez tenham sido tão apoiadas as Juntas de Freguesia do nosso Concelho. Não tenho. -----

Não me alargava mais. Foquei-me apenas naquilo que são os aspetos, a nosso ver, fundamentais e, por isso, eu deixava à consideração dos Srs. Deputados, dos Srs. Presidentes de Junta a quem isto interessa mais, a discussão, agora sim, dentro dos moldes que entenderem. Muito obrigado. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** -----

Abriu período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Luís Lameiras, Cláudio Vilela, Aurelina Pereira, Raffaele Batista, Eliana Cardoso, Faustino Moreira, Luís Pinto, Sónia Pinheiro, António Fernandes, Rui Lopes, Márcio Ribeiro e Pedro Espírito Santo. Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

**DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Antes de mais, quero desejar a todos os presentes uma boa Páscoa. -----

Relativamente a este ponto número um há aqui uma série de considerações e questões que se podem levantar e eu vou fazer aqui algumas considerações e também pôr aqui algumas interrogações. -----

Subjacente a esta proposta, há aqui pelos menos duas situações que se podem colocar e considerar, nomeadamente a questão dos assistentes operacionais que vão ser colocados ao serviço das Juntas de Freguesia, uma proposta que fazia parte do programa eleitoral da coligação PSD/CDS. E portanto, como esta questão dos assistentes operacionais está intimamente ligada com esta proposta, eu questionava aqui o Sr. presidente da Câmara no

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

*[Handwritten signature]*  
4

seguinte. Quem é que vai mandar em quem? Há aqui qualquer coisa que eu não consigo perceber muito bem, que é o seguinte, se o concurso é aberto pelo Município, se vai ser o Município que lhes vai pagar, mas depois, esses trabalhadores vão estar ao serviço das Freguesias e portanto, vai ser o Executivo da Junta de Freguesia que vai superintender, julgo eu, aquilo que vão ser as tarefas desses trabalhadores. Será que não há aqui um desfaseamento da realidade? Uma discrepância? Será que não há aqui uma intromissão de poder por parte da Câmara Municipal relativamente à Junta de Freguesia? -----

Relativamente a esta questão em concreto eu gostava de saber se houve conversações entre o Executivo Permanente e os Executivos das Juntas de Freguesia relativamente a esta questão, em concreto? -----

Depois, há uma outra questão, também bem relacionada com esta proposta, que é a questão das dívidas das Juntas de Freguesia. Já foi aqui levantada inúmeras vezes esta questão pelo Partido Socialista e, nomeadamente, através da minha voz e fi-lo na última sessão da Assembleia Municipal de 2017 e, todos nós sabemos, mas nunca é demais enfatizar esta questão, que enquanto a questão das dívidas das Juntas de Freguesia não forem resolvidas, nem o Concelho progride, nem as Juntas de Freguesia progridem. Fica tudo na estaca zero, fica tudo estagnado. -----

Portanto, é preciso, de uma vez por todas, tentar solucionar esta questão e nem nos documentos previsionais esta matéria constava e nem nesta proposta se vislumbra qualquer tentativa de procurar resolver a situação. Queria saber, Sr. Presidente, se tem havido conversações entre o Executivo Municipal e os Executivos das Juntas de Freguesia nessa matéria? -----

Relativamente à proposta em concreto, julgo que seria pertinente, seria mesmo de extrema importância que ouvíssemos aqui, aquilo que pensam os Srs. Presidentes de Junta no que concerne a esta matéria. Do meu ponto de vista seria importante e seria esclarecedor, para todos nós Deputados, para todos os presentes, que se pronunciassem acerca desta matéria os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Depois, dizer só e para terminar, é mesmo caso para dizer que o Executivo Permanente dá com uma mão e tira com a outra, ou seja, acaba a delegação de competências nas Juntas de Freguesia e depois vêm com esta proposta. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Aproveito também para desejar uma boa Páscoa para todos em nome da Bancada do Partido Socialista. -----

Relativamente ao ponto em questão que depois se subdivide em duas deliberações vou apenas tecer breves considerações. -----

E começava desde logo, por uma afirmação feita pelo Sr. Presidente, que referiu, ainda há pouco, que existe um grande aumento no financiamento das Juntas de Freguesia. Efetivamente o aumento não é nenhum, porque o valor inscrito em orçamento municipal é exatamente o mesmo que estava inscrito no ano anterior. Portanto, não se verifica aumento nenhum. -----

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

Depois, como todos vimos, este ponto, que se subdivide em dois, é isso mesmo, está-se a criar um regulamento para apoiar as Juntas de Freguesia nas competências próprias das Juntas de Freguesia e até aí nós estamos totalmente de acordo mas, por outro lado, e é aqui que não se verifica aumento nenhum, está-se a cessar um acordo de execução que existia na deliberação de competências próprias do Município nas Juntas de Freguesia. -----

Toda a gente sabe que as Juntas de Freguesia estão muito mais próximas dos cidadãos e, como é lógico, estariam em melhores condições, muitas vezes do que o Município, para executar essas tarefas que dizem respeito à Câmara Municipal. Desde logo, nós verificamos aqui que efetivamente é como o Deputado Luís Lameiras disse, a Câmara dá com uma mão e tira com a outra. Portanto, não há aumento nenhum. -----

Nós somos a favor do apoio às Juntas de Freguesia nas competências próprias das Juntas de Freguesia, mas também somos a favor que se mantenham os acordos de execução da delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia. Isso sim era uma verdadeira inovação. Portanto, aqui não há inovação nenhuma. Há apenas uma mudança de nome do financiamento que a Câmara Municipal vai transferir para as Juntas de Freguesia. -----

Queria apenas solicitar ao Sr. Presidente para, posteriormente à votação de cada ponto, me ceder algum tempo para apresentação das referidas declarações de voto em nome da bancada.

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Aurelina Pereira. -----

**DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Antes de iniciar a minha intervenção, quero desejar a todos votos de uma Páscoa feliz. -----

O Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias e respetivo protocolo, que aqui nos é apresentado, reflete o teor da reunião que o Sr. Presidente da Câmara teve com todas as Juntas de Freguesia. -----

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alijo, manifesto o meu agrado pela forma como o mesmo foi elaborado, porque verifico através dos critérios de atribuição de subsídios, no seu artigo 9º, que todas as Juntas de Freguesia vão receber de uma forma justa, transparente e equitativa os referidos apoios. -----

Quero também realçar a importância dos apoios não financeiros que vão ser concedidos às juntas de freguesia, previstos no mesmo regulamento, através da cedência de viaturas, máquinas ligeiras e/ou pesadas, cedência de mão-de-obra e afetação de recursos humanos, que em muito nos vai ajudar na execução dos nossos trabalhos. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

**DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Irei começar a minha intervenção congratulando este Executivo pelo protocolo hoje aqui apresentado e congratulo porquê? -----

Porque sou Presidente de Junta, ex-Tesoureiro de uma Freguesia com algumas limitações financeiras, limitações essas devido a uma dívida que outros fizeram e que nós, honradamente, andamos a pagar, e reconheço que o protocolo está do lado de todas as Freguesias sem exceção, tanto das freguesias que tem problemas de dívidas, como ao lado daquelas freguesias

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

que gozam de alguma liberdade financeira. Todas são tratadas por igual, sabendo antecipadamente com o que podem contar por parte do Município. -----

As freguesias endividadas veem neste protocolo um balão de oxigénio, na medida em que saem reforçados os meios para o cumprimento das suas competências próprias, libertando assim outros fundos, como o FEF, para pagamentos por exemplo de dívida ou cumprimentos de outros assuntos, compromissos e necessidades, por exemplo. -----

Este Executivo camarário, liderado pelo Sr. Eng.º José Paredes demonstrou coragem e sensibilidade em ter percebido e reconhecido que os protocolos de mandatos anteriores apresentavam algumas dificuldades na sua execução, com algumas burocracias que se viram e revelaram de difícil execução na prática e que acabaram por constranger a apresentação de documentos justificativos de despesas por parte das Juntas de Freguesia. -----

E por isso, o Executivo Permanente e, particularmente, o Sr. Presidente da Câmara, esforçou-se por ouvir as Juntas de Freguesias e lavrou um protocolo que tem em conta as reais necessidades das freguesias, simplificou a burocracia, com o estabelecimento de regras claras para ambas as partes, mas mantendo o rigor que é exigido por lei. Estas regras simplificam a vida à Câmara, simplificam a vida às Juntas de Freguesia. No fim, quem sai a ganhar é o nosso Concelho. -----

Despeço-me dando novamente os meus parabéns ao executivo Permanente da Câmara Municipal e agradeço por me facilitarem a vida de Presidente de Junta, através deste protocolo. - O meu muito obrigado e em nome da Freguesia de Favaios desejo a todos os Deputados e a todos os Membros desta Assembleia, uma feliz Páscoa. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Sr.ª Deputada Eliana Cardoso. -----

**DEPUTADA ELIANA CARDOSO (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Em primeiro lugar eu quero parabenizar este Executivo pela coragem de ter elaborado este regulamento municipal, o que só identifica, como disse o Sr. Deputado Raffaele, que tiveram a coragem de perceber que em mandatos anteriores, os regulamentos existentes, se calhar, tinham algumas falhas e então, foi uma forma de poderem aperfeiçoar o que existia. -----

Sendo eu nova nestas andanças e não tendo muito conhecimento a nível político, não me deixa de fazer alguma espécie, e o que me apraz dizer sobre este assunto é, temos que ter uma breve reflexão sobre o passado e, mais uma vez, se fala aqui do passado, mas não existe presente sem ter havido um passado. E o que eu sei do passado é que relativamente a isto, a oposição acho que está aqui a sofrer um bocadinho, e se me permitem dizer, um bocadinho de amnésia seletiva, isto porque se esquecem da herança do passado, não é? Se refletirmos um bocadinho podemos perceber que no passado algumas Juntas foram deixadas quase ao abandono pelos antigos Executivos, isto porque havia Freguesias que recebiam apoio financeiro e outras que, pura e simplesmente, não recebiam nada. Posso dar o exemplo do Castedo que esteve dois mandatos sem receber qualquer tipo de ajuda. -----

Não fosse esta uma situação anómala e digna de ser considerada como discriminatória, não positivamente, mas sim negativamente, além destas Juntas terem sido deixadas ao abandono,

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

porque não lhes foi transferido qualquer tipo de apoio financeiro, para algumas ainda lhes foi transferido dívidas que foram contratualizadas pelo Executivo, o que eu acho assim um bocadinho e posso dar os exemplos das Junta de Carlão e a Junta de São Mamede e também a Junta do Pópulo e Ribalonga e por isso é que me causa alguma espécie como é que estas questões foram tratadas desta forma e agora a oposição tem um bocadinho a ousadia de poder dizer que este regulamento acaba por ser visto como autoritarismo por parte do nosso Presidente da Câmara. -----

Eu não vejo isto como autoritarismo. Não vejo isto, de forma alguma, como perda de autonomia das Juntas, muito pelo contrário. As Juntas vão passar a poder usar o dinheiro para poderem fazer face a outras questões e para mim, e como foi dito, isto foi uma proposta que estava na proposta eleitoral, eu acho que isto é uma questão de honra e o Sr. Presidente da Câmara está a honrar a palavra que foi dada e que está a cumprir aquilo que prometeu. E neste caso, palavra dada é palavra honrada. -----

E em questão a autonomia, acho que esta questão que foi lançada pela oposição, acho que isto é uma questão muito primária, porque não é de forma nenhuma perca de autonomia. -----  
Antes que me esqueça, quero desejar uma feliz Páscoa a toda a gente e que tudo corra da melhor forma. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Faustino Moreira. -----

**DEPUTADO FAUSTINO MOREIRA (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Eu queria pegar neste ponto de atribuição de verbas às Freguesias, parece-me que isto está muito bem, porque de facto, nós já há quatro anos atrás, com a verba do FEF, pelo menos podíamos contar, em termos de projetos para a Freguesia com aquilo que podíamos fazer. Portanto, acho que é uma ótima ideia e podemos fazer planos, pelo menos. -----

Quanto à outra verba que vem para caminhos públicos, para mim, isso é um aumento, coisa que estavam aqui a dizer que não havia aumento de verba nenhuma, para mim isso é um aumento, porque eu tenho uma Freguesia que tem vários km de caminhos públicos e, no entanto, quando cheguei lá há quatro anos, estava tudo abandonado, há 24 anos que não era limpo um caminho público. Isso, na minha Freguesia é uma mais-valia que nós temos, porque eu tenho pena, que vejo turistas, e quando querem ir por um caminho público têm de saltar para o privado, porque de facto não conseguiam passar. No entanto, eu posso-lhes dizer que, no mandato em que eu estive, anterior, conseguimos limpar, minimamente, gostaríamos que estivesse muito melhor, cerca de 85%. -----

Portanto, acho que isto é uma mais-valia e acho que é destes protocolos que nós precisamos, com garantia de facto para que possamos avançar com algo e que não estejamos na dúvida depois de executarmos uma obra e depois não ter-mos dinheiro para a pagar, portanto, muito obrigado. -----

Desejo uma boa Páscoa a todos e continuação de um bom trabalho. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto. -----

**DEPUTADO LUÍS PINTO (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Cumprimentou os presentes e disse: A presente proposta de aprovação do regulamento municipal de atribuição de apoios às Freguesias e respetivo protocolo vem dar cumprimento a compromissos assumidos pela Coligação PSD/CDS.PP nas últimas eleições autárquicas, pelo que permite dotar as Freguesias de recursos humanos que satisfaçam as necessidades de um relacionamento cada vez mais profissional entre as Freguesias e os seus residentes.-----

Também, com este regulamento, as Juntas de Freguesia podem contar com recursos financeiros de forma certa e com regras criteriosas na sua atribuição. Poderá alocar os seus restantes recursos financeiros, nomeadamente os provenientes do FEF para o cumprimento de outras tarefas sempre em prol das suas populações. -----

O estabelecimento de regras na atribuição de meios, sejam eles financeiros ou não financeiros por parte do Município às Freguesias, assume uma grande relevância na articulação entre ambas as instituições, o que deve aqui ser assinalado, existindo regras, existindo rigor, fica salvaguardado o futuro do Município e das Freguesias. Com rigor todos temos a ganhar. Por isso, o meu sentido de voto será, naturalmente, favorável. -----

Para terminar, gostava de desejar a todos os presentes uma boa Páscoa e queria convidá-los para estarem presentes na XI Feira da Laranja que irá decorrer nos próximos dias 27, 28 e 29 de abril na Freguesia de São Mamede de Ribatua. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Pinheiro. -----

**DEPUTADA SÓNIA PINHEIRO (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Como é do vosso conhecimento, a União de Freguesias de Carlão e Amieiro herdou uma elevada dívida imputada pelo Executivo Camarário do Partido Socialista que põe em causa o cumprimento das tarefas e competências mais básicas da Freguesia, asfixiando o futuro da população em causa. -----

Houve uma altura, neste Concelho, onde não se verificava o cumprimento de leis nem de regras, tanto na Câmara, como nas Juntas de Freguesia, pois se estas fossem cumpridas, nunca uma entidade como a extinta Junta de Freguesia de Carlão poderia ter atingido uma dívida de mais de meio milhão de euros. -----

Foram excedidos todos os limites por parte da Junta e da Câmara, esta que deveria estar a atuar em parceria e colaboração com a Junta de Freguesia na correta utilização de dinheiros públicos, acabou por ser a principal responsável por afundar a Junta de Freguesia, ao atirar para a Junta dívidas que eram da Câmara. -----

Torna-se muito difícil um Executivo da Junta de Freguesia apresentar-se ao seu eleitorado com um determinado projeto e, em vez de o poder realizar e executar tarefas em prol da sua população, tem de gerir dívidas irresponsavelmente contraídas por outros. -----

Chegamos ao ponto de termos património penhorado na Freguesia por causa de dívidas feitas por quem apenas pensou em se reeleger e nunca se preocupou com as consequências dos seus atos, para o futuro da comunidade. -----

Perante estas dificuldades, deve aqui ser realçada a atuação do atual Executivo permanente da Câmara, sobretudo através do Sr. Presidente da Câmara, o papel que tem vindo a assumir na ajuda às Freguesias, sobretudo àquelas que estão em mais dificuldades. O Sr. Presidente da

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*





ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Câmara tem assumido um papel importantíssimo de mediação e de negociação com os empreiteiros da Freguesia, de modo a tentarmos encontrar uma solução que nos permita celebrar um acordo de pagamento com os empreiteiros e, ao mesmo tempo, cumprir perante a nossa população, aquilo que é a missão de uma Junta de Freguesia. -----

Posto isto, congratulo-me com o regulamento e com o protocolo com regras claras, com direitos e deveres para ambas as partes e com preocupações de rigor na utilização de dinheiros públicos, merece o nosso aplauso e o nosso voto será favorável. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Vou começar a minha intervenção por dizer uma coisa que me parece bastante importante. Já alguém aí referenciou bancadas de uma cor e bancadas de outra cor. Eu não queria entrar por esse caminho, mas já que surgiu vou ter de dar uma resposta sobre isso. -----

Primeiro, só me vou congratular para que todos tenhamos uma boa Páscoa, que seja uma Páscoa feliz e que sirva para nos regenerarmos no sentido de fazermos e aplicarmos e construirmos coisas boas. Com isso é que eu me vou congratular, não com o que vamos aqui agora aprovar e vou explicar porquê. Portanto, por aí, desejo uma boa Páscoa a todos. -----

Depois, ouvi aqui falarem em amnésia, desculpem lá, estou com uma gripe tremenda, mas penso que ainda arranjarei forças para dizer aquilo que pretendo, ouvi falar aí em amnésia seletiva, pois é meus caros, neste caso, a Direita até está à minha esquerda e acho que à minha esquerda a amnésia é total. E sabem porque é total? Porque se lembram de coisas que se passaram há seis anos atrás e de aí para trás e não se lembram do que se passou de há seis anos para cá. Não é? Parece que não existiu nada. E não, realmente, em termos de obra física, em termos de proximidade com as populações, realmente não existiu nada. -----

E depois, diz aqui a minha colega, que eu estimo muito, o Partido Socialista deixou a Junta de Carlão endividada. Olhe minha cara amiga, não foi o Partido Socialista que assinou um acordo com os empreiteiros. -----

Agora, ainda lhe digo outra coisa. Se ficou a dívida, também lá ficou a obra. Então faz-lhe impressão a dívida e não lhe faz impressão a obra? Olhe, nestes quatro anos não teve lá obra nenhuma. Eu sei o que são obras dignas desse nome e sei o que são biscates. -----

Posto isto, eu queria dizer uma coisa ao Sr. Presidente da Câmara, porque lho disse quando estive na reunião com ele. É verdade que eu estou plenamente de acordo com tudo o que ele queira dar para a minha Freguesia. Eu estou lá para defender os meus eleitores, que por sinal até é a dele também e gostava bem que ele também olhasse para aquela Freguesia com olhos de ver. E se me perguntarem o que são os olhos de ver, é ajudar a Freguesia. Querem um exemplo? E bem, nestes quatro anos comprou-se maquinaria, penso eu que era para ajudar as Juntas, não era para estarem no mercado ali parada. E agora dizem assim, então porque é que estão no mercado? Estão, porque eu quando as peço nunca foram para lá. Nunca. Portanto, essa maquinaria tem de estar ao serviço dos cidadãos como tanto gostam de dizer. Tem que

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

19 10

estar. Para estar ali no mercado não era preciso comprá-la. Tem de estar junto das populações e ajudar e essa é que é uma boa forma de ajudar as Juntas de Freguesia. -----

É verdade que eu estou de acordo com isso, mas estou de acordo se eu não tiver que assinar nada para retirar aquilo que já tenho, como já aqui foi dito por um Sr. Deputado. Dar com uma mão e retirar com a outra, não é preciso darmos-nos a esse trabalho, então deixamos as coisas como elas estão, não é? Agora andar aí, desculpem-me a expressão, com malabarismos para tirar de um lado para pôr no outro porque é melhor, porque não sei quê, eu não acho que seja melhor, Sr. Presidente, não é melhor não, ou então, culpem-me o atrevimento, pode ser melhor para alguns. Para mim, desde que sou Presidente da Junta ainda não vi nada melhor e, quando quiserem, vamos aos factos. Portanto, eu nunca, e digo isto, nunca vou assinar nada para retirar o que quer que seja da minha Junta de Freguesia. -----

Depois, também, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, porque é que quer tirar as competências próprias que as Juntas têm, que até resultam da lei do artigo 132.º, não é? Deixe ficar às Juntas aquilo que elas já têm e se lhe quiser dar mais, pois então quanto melhor, não é?

Depois, também se diz que, e eu também disse isso, que querem que as Juntas colaborem na cobrança da água e dessas coisas todas. Pois tudo bem, eu sempre disse que somos parceiros. E se somos parceiros estamos cá para colaborar, mas para colaborar numa circunstância em que tenhamos sempre presente, que a Junta, tal como a Câmara, foram eleitas por voto universal. Não pode, não deve e em Vila Chã não vai acontecer haver delegações da Câmara nas Juntas. Cumpriremos, ajudaremos, faz-se uma parceria. A gente quer para lá a água e a luz, cedemos instalações, luz elétrica, limpamos, fazemos isso tudo e há uma contrapartida da Câmara para o serviço que a gente vai prestar. Somos parceiros. -----

Por isso, meus caros amigos, fico-me por aqui, para já e termino como comecei, a desejar uma ótima Páscoa. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

**DEPUTADO RUI LOPES (PPD7PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Eu, o que venho aqui dizer, é que estou bastante contente com esta medida. Foi uma bandeira eleitoral nossa, da coligação. Está aqui bem apresentada. Estamos aqui a arranjar uma solução, possível, para aquilo que não havia, ou não há, um sistema um aparelho ou uma lei que possibilite o desendividamento das Juntas, não é? Não há PAEL para as Juntas, não é? E isto, é uma forma encontrada por este Executivo, e muito bem, a meu ver, para possibilitar, tirar, muitas das Juntas, do buraco financeiro em que foram deixadas. Ora, não vamos falar aqui, já foi muito falado do passado, já foi muito falado das heranças, vamos falar aqui do presente. Está aqui, perante vós, perante os Srs. Presidentes de Junta, que está aqui, uma possível solução, caso seja votada favoravelmente, para resolver parte desses problemas. -----

Agora, podia ser melhor? Não é boa, porque os Srs. Deputados do PS não acham que é boa. É limitadora. É o que está aqui. Está, a meu ver, melhor do que nada, porque isso foi o que foi feito antes. Nada. Não foi feito nada antes. Antes fez-se dívida. Antes distribuiu-se dívida. Então agora, este Executivo está a fazer uma proposta a ajudar que essa dívida, pelo menos, diminua.

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

11

Diminua, seja resolvida e também, para que as Juntas tenham capacidade de fazer as coisas que não fariam sem esta ajuda, sem este protocolo.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

**DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD7PSD-CDS.PP):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Estamos a discutir o Regulamento Municipal da atribuição de apoios às Freguesias e o respetivo Protocolo. O que é que é um regulamento? Um regulamento não é mais do que um diploma que visa estabelecer uma disciplina relativamente a certas matérias. -----

No caso em concreto visa disciplinar, de forma inovadora, ou seja, pela primeira vez uma matéria relevantíssima, que é a matéria da relação entre o Município e as Juntas de Freguesia, na atribuição de apoios financeiros e não financeiros. -----

A introdução de regras nesta matéria parece que incomoda algumas pessoas que estavam habituadas a que a transferência de dinheiros entre o Município e as Juntas fosse feita em função de critérios mais ou menos, enfim, não havia critérios corretos. Tanto assim, que a falta desses critérios permitia um tratamento absolutamente desigual relativamente às diversas Freguesias. Havia Freguesias que durante um mandato inteiro tinham de se governar com transferências na ordem dos dez mil euros, um mandato, quatro anos. Algumas com zero relativamente à Câmara, daquilo que receberiam da Câmara. E outras que receberiam uns largos milhares. -----

E, curiosamente, analisando esse histórico de transferências, havia aqui um critério, efetivamente, já havia um critério e o critério era o da cor política. Eu digo isto com absoluto conhecimento de causa, porque me aconteceu enquanto Presidente de Junta, ser discriminado negativamente em função da cor política. Num mandato de quatro anos receber cerca de dez mil euros da Câmara Municipal, eu pergunto a algum dos Srs. Presidentes de Junta que aqui estão, independentemente da cor política que tenham, se a Câmara Municipal, num ano apenas, lhes transferisse dez mil euros, se não havia aqui um tumulto? Nós estamos a falar de dez mil euros para um mandato. E em alguns casos, como já foi referido, zero euros em mais de um mandato.

E portanto, o que aqui se visa estabelecer é uma coisa absolutamente simples e absolutamente básica, introdução de regras na transferência de dinheiros. Rigor, transparência, igualdade no tratamento. A Junta, seja ela do partido A, ou do partido B, sabe que vai receber uma determinada quantia por parte do Município e não tem de se preocupar se é da cor A ou se é da cor B. Terá apenas de se preocupar em justificar, porque é evidente que a Câmara tem regras apertadas, as Juntas de Freguesia também e este protocolo visa salvaguardar precisamente ambas as instituições e portanto não vejo qual é a dificuldade, ou qual é a impressão que causa este documento. -----

Uma outra questão que se prende com as obras. Parece que há quem ache que não foi feita obra no anterior mandato. Bom, basta irmos aí por qualquer Freguesia e tropeçamos nelas. Quando elas são feitas por uns são grandes obras, quando são feitas por outros são biscates, mas há uma diferença, estes tais biscates foram sufragados em outubro passado pelos

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

12

Municípios e parece que as pessoas perceberam que havia obra e parece que até gostaram dela. E há uma diferença muito interessante relativamente à obra anterior. É que esta está paga. Como dizia Gil Vicente, mais vale um burro que me leve do que um cavalo que me derrube. E portanto, muito ou pouca obra, não há nenhuma ação em tribunal relativamente às obras, quer do atual quer do anterior mandato. Elas estão todas pagas e portanto não vejo qual é o incômodo. -----

Relativamente a outro ponto, que é a questão da delegação de competências. A delegação de competências da Câmara nas Juntas de Freguesia é uma matéria que não está aqui a ser tratada neste ponto. É no ponto seguinte. Não sei se já estamos a discutir os dois pontos? Então refiro-me já a ambas as votações, dizendo o seguinte, uma coisa não colide com a outra. O facto de se ir hoje proceder à denúncia do acordo de execução de delegações de competências, não significa que o Município não venha, futuramente, a apresentar aqui um novo acordo e um acordo que seja ponderado e que tenha em conta as especificidades de cada Freguesia. Aquilo que não pode acontecer é uma Junta de Freguesia onde não exista ensino pré-escolar e sejam delegadas competências nessa matéria. -----

Portanto, pretende-se que a delegação de competências seja o que efetivamente se pretende que seja executado e relativamente a este ponto estamos a reforçar as competências próprias das Juntas de Freguesia e, como tal, não percebo as dúvidas. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Pedro Espírito Santo. -----

**DEPUTADO PEDRO ESPÍRITO SANTO (PS):** -----

Cumprimentou os presentes e desejou uma excelente Páscoa para todos. -----

Como sabem, é a primeira vez que me sento na qualidade de Deputado Municipal nesta sala e já ouvi aqui algumas alusões ao passado, alguns termos que foram utilizados, como memória seletiva. Eu, de facto, não posso estar mais de acordo neste ponto. É notório que do lado esquerdo desta sala existe uma clara evidente memória seletiva quando a discussão é justificar aquilo, ou o pouco que estão a fazer no presente, com umas supostas incompetências ou irregularidades que tenham sido cometidas no passado. Eu lembro que o Executivo ao qual o Sr. atual Presidente da Câmara Municipal pertenceu, o Executivo anterior, desenvolveu uma auditoria às contas da Câmara Municipal e nada foi apurado. -----

Mais lembro também, porque acho que é muito importante falar nisto e lamento que nenhum dos colegas Deputados, nomeadamente os Presidentes de Junta, não tenham falado neste assunto, poderia estar aqui toda a tarde a lembrar todas as obras e todo o investimento que foi feito e desenvolvido pelos Executivos anteriores, do Partido Socialista. -----

Depois há aqui um segundo ponto e eu nisto não podia estar mais de acordo com o Deputado Rui Lopes, nós fomos eleitos para debater o presente e perspetivar um futuro melhor, um futuro mais justo e mais igual para todos e eu espero, sinceramente, que o Sr. Presidente e o seu Executivo consigam ir mais além do que aquilo que foram no anterior mandato, isto porque também não nos podemos esquecer que o Sr. Presidente era Vice-presidente no anterior mandato e tem inúmeras responsabilidades no desinvestimento e, digamos, no retrocesso que hoje é por demais evidente no nosso Concelho. Não nos é possível identificar um investimento

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

  
13

estruturante. Não nos é possível, através da análise daquilo que são os documentos oficiais da Câmara perspetivar uma aposta clara na população jovem. Não é possível perceber qual é, no fundo, a ideia deste Executivo para a extensão do Agrupamento de Escolas, nomeadamente no Pinhão. Quer dizer, há um conjunto de temas que são muito importantes para o futuro e que não é possível descortinar qual é que serão as estratégias a adotar. -----

Isto tudo para chegar a um último ponto, muito rapidamente, que tem a ver com a valorização, com aquilo que eu acho que deve ser valorizado, que é a relação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, numa lógica de proximidade mas, salvaguardando sempre aquilo que é a autonomia de todas as Juntas de Freguesia. E é neste ponto que eu tenho muitas dúvidas, até porque temos inúmeras situações do passado recente, nomeadamente no anterior mandato, que nos dão a prova de que infelizmente nem sempre foi assim. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Srs. Deputados, confesso que me arrepiava ouvir determinado tipo de considerações, sobretudo pela ligeireza como elas são aqui colocadas, mas sem querer entrar em diálogo com o meu conterrâneo, Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, eu vou começar exatamente pela intervenção dele, estranho, obviamente, que não tenha reproduzido aqui a conversa que teve comigo e os termos em que a teve no meu gabinete. Obviamente que não concordámos com tudo nessa reunião. Expôs-me os seus pontos de vista que são legítimos e eu compreendo, mas não foi exatamente isso que disse aqui agora. -----

E quando fala em biscates, já agora para pegar nessa sua expressão, quero-lhe dizer que faz sensivelmente duas semanas que me desloquei ao TAF em Mirandela para negociar com o empreiteiro o pagamento de uma dívida de algumas dezenas de milhar, de obras a mais, relativamente a uma empreitada de 2009 que ficou por pagar na sua Freguesia. Se isso é biscate, então, para nós, não o é. Algumas dezenas largas de milhares de euros. -----

O Sr. Deputado Luís Lameiras, relativamente à questão dos operacionais. Efetivamente falei com os Srs. Presidentes de Junta como iria funcionar tudo isto. Disse aos Srs. Presidentes de Junta que a Câmara contrataria para o seu quadro, um assistente operacional e que o disponibilizaria para a Junta de Freguesia, com o local de trabalho na Junta de Freguesia. -----

Como sabem, foi um compromisso da candidatura afirmar a nossa Terra dotar cada Junta de Freguesia de um recurso humano. Uma pessoa polivalente, que assegurasse o atendimento ao público num determinado período e pudesse fazer outro tipo de trabalhos, designadamente trabalhos que exijam algum esforço físico, portanto, um assistente operacional e eu gostaria de cumprir com aquilo que prometi e os Srs. Presidentes de Junta todos aceitaram. -----

É verdade que um Sr. Presidente de Junta me disse que preferia que lhe transferisse o dinheiro e ser ele a contratar para a Junta. Isso não, o procedimento é igual para todas. A Câmara contrata. A Câmara garante salário. Funcionalmente o funcionário dependerá do Executivo da Junta de Freguesia. Obviamente que receberá ordens da Junta de Freguesia e em termos hierárquicos, até porque ele terá de ser avaliado, dependerá da Câmara Municipal. Tem de ser

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

assim. Se dúvidas havia sobre este ponto, Sr. Deputado Luís Lameiras, julgo que estão esclarecidas. -----

Pergunta o Sr. Deputado Luís Lameiras se houve conversações com os Srs. Presidentes de Junta relativamente a este modelo de regulamento? Claro que sim. Aliás, pronunciaram-se quem quis e corroboram, obviamente, essas conversações. -----

Relativamente ao tão falado assunto de dívidas das Juntas de Freguesia, pergunta o Sr. Deputado em que medida este regulamento e o seu protocolo permite ajudar na resolução dos passivos das Juntas de Freguesia? Penso que num exercício simples permite facilmente concluir que permitirá, obviamente, em igual montante ao que é transferido, libertar fundos correntes das Freguesias para aquilo que bem entenderem. Chame-lhe pagar dívida. Se a Câmara transfere, a título de exemplo, cinquenta mil euros para uma Junta de Freguesia, obviamente que permitirá libertar e uma vez que não há delegações de competências estamos a suportar e a financiar as competências próprias das Juntas de Freguesia, permitirá libertar fundos próprios, receitas próprias das Juntas de Freguesia, em igual montante, que a Junta de Freguesia utilizará como bem entender, designadamente abatimento ao passivo. -----

Eu não conheço outra forma, legal, de auxiliar as Juntas de Freguesia no pagamento desses passivos. Não conheço, mas se conhecer. Esperemos, obviamente, que entretanto possa surgir, já aqui se falou hoje no PAEL, possa surgir uma medida de auxílio, com possibilidade de as nossas autarquias, Juntas de Freguesia, recorrerem a um plano de apoio, à semelhança do PAEL. Mas até lá é a forma e acredite que o Município fará um grande esforço para libertar estes 400 mil euros por ano, para já para 2018, para as Juntas de Freguesia. -----

Colocou-se também aqui a questão que não havia reforço. Os Srs. Deputados não estiveram atentos à Assembleia, nem de dezembro nem de fevereiro, até porque, na Assembleia de dezembro, aquando da aprovação dos documentos previsionais, constava uma listagem de verbas a distribuir pelas Juntas de Freguesia num montante de 288 mil euros para 2018. Se tiverem em consideração que na sequência da integração do saldo transitado de 2017, na Assembleia de fevereiro, houve um reforço de 100 mil euros, portanto estamos quase nos 400 mil. -----

Depois foram ditas aqui algumas coisas que eu não consegui perceber, que eu tenho alguma dificuldade em responder, sinceramente, por exemplo, mais uma vez o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã, pergunta a maquinaria no mercado? O Sr. Presidente de Junta neste mandato está há poucos meses na Junta de Freguesia. Sinceramente desconheço se já solicitou o trabalho de alguma máquina, mas no mandato anterior, obviamente que houve muito trabalho feito por máquinas da Câmara, na sua Freguesia. -----

Ninguém retirará competências próprias à Junta de Freguesia, diz o Sr. Presidente. Mas ninguém está a retirar competências próprias às Juntas de Freguesia, pelo contrário. Não sei se é fruto da gripe, peço desculpa, mas ninguém está a retirar, não se pretende retirar competências próprias das Juntas de Freguesia. Não percebi, daí a dificuldade em responder. --- Depois, o Sr. Deputado Pedro Espírito Santo enfim, tece aqui algumas considerações que eu, sinceramente, me abstenho de responder porque não têm rigorosamente nada a ver com o

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

15

assunto que nós hoje aqui estamos, poderá ficar para outra altura, terei todo o gosto em lhe reavivar a memória e mostrar-lhe onde é que estão efetivamente essas obras, onde é que está o investimento, enfim, falar-lhe do meu programa eleitoral de outubro, das eleições passadas. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Congratulou-se com os tempos gastos e reabriu novo período de inscrições, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, António Fernandes e Márcio Ribeiro. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----  
Uma pequena nota muito rápida Sr. Presidente só para lembrar o seguinte. Efetivamente ouvi alguns Deputados dizerem que não estiveram cá no mandato passado, que é a primeira vez que estão nesta Assembleia Municipal, que não se lembram do passado mas, não sei como é que eles arranjam, tiveram tempo suficiente para, ou que lhe tenham transmitido, algumas considerações que, sinceramente, são totalmente desproporcionadas. Inclusive, fizeram alusões a coisas que teriam sido ditas hoje aqui na Assembleia Municipal pela nossa Bancada do Partido Socialista que efetivamente não foram ditas. Era só isso, muito obrigado. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** -----  
Eu não era para falar, mas tinha que o fazer, uma vez que o Sr. Presidente teve a gentileza de se referir ao seu conterrâneo. É verdade que somos conterrâneos, não há problema nenhum e temos muito gosto nisso, só que o Sr. Presidente disse, deixou as coisas pela metade. Ele podia ter dito que realmente tivemos a reunião, que me desminta se for capaz, que a reunião correu muito bem enquanto ele disse que ia aumentar e que ia reforçar as verbas para as Freguesias. Estivemos em desacordo quando ele disse que queria pôr um funcionário na Junta de Vila Chã. É verdade que eu também lhe disse, sim senhor, não há problema nenhum. Há um protocolo, transfere a verba, eu contrato o funcionário, o funcionário vai trabalhar para a Câmara com certeza e para mim, Junta, e tudo correrá bem. Resposta do Sr. Presidente então eu é que lhe pago e tu é que o contratas? E eu disse, então Sr. Presidente eu tenho que lhe fazer a proposta. Ficou assim. A nossa discordância é só nisso. -----

Depois, só para irmos outra vez ao protocolo. Disse aqui um Sr. Deputado o que é um regulamento. É verdade que é um regulamento. Mas, essa pessoa até está mais habilitada do que eu para tratar assuntos jurídicos e com certeza que sabe muito bem, não o quer dizer, que esse regulamento exige tudo às Juntas, tudo e mais alguma coisa, para nos candidarmos é quase como fazer uma candidatura ao Programa 2020, mas não compromete a Câmara com nada Srs. Deputados. Ora, eu tenho que me valer do que está escrito, não é do será. Eu depois ajudo. Isso não interessa a ninguém. -----

Para finalizar queria dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que não esteve bem, na minha opinião, em marcar uma Assembleia para uma quinta-feira à tarde, que até os funcionários da Câmara estão dispensados, porque é que nós não havíamos de estar, não é? Há aqui uma discriminação negativa em relação dos eleitos com os funcionários. Para a próxima tenha esse cuidado Sr. Presidente. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

16

**DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Queria fazer aqui duas ou três precisões e uma delas era que não tinha conhecimento que a gripe tinha determinados efeitos secundários, nomeadamente o de fazer reduzir os valores. Falou aqui o Sr. Presidente da Câmara de duas ações que foram resolvidas recentemente no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela e o Sr. Presidente de Junta de Vila Chã, no caso, onde as obras foram feitas, diz que no caso da Freguesia dele seriam dois ou três mil euros, se bem entendi. Eu também lhe digo qual é o número da ação. A ação é o número 250/14.2 BMDL. Refere-se a trabalhos a mais na empreitada requalificação da zona central de Vila Chã e o valor da ação é de 120.918,70€. Parece-me que há aqui uma grande diferença entre este valor e os dois ou três mil que referia. Portanto, terá razão, quem me tem antecedido no uso da palavra terá dito que há aqui amnésias seletivas pelos vistos. -----

Relativamente a esta questão deste regulamento e do protocolo que depois se lhe seguirá. Disse também que havia um conjunto de regras para as Juntas de Freguesia e que para a Câmara não havia nada. Para a Câmara há a obrigação fundamental de transferir aquelas verbas a que se vai adstringir. Portanto, vai fazer um acordo e vai ter como dever, o Município, no âmbito desse acordo, transferir verbas. Há dever mais importante do que esse? Dotar as Freguesias de meios financeiros, transferindo-lhes verbas? -----

Falou-se aqui na questão da autonomia e de que isto pode por em causa a autonomia das Juntas de Freguesia. O que põe em causa a autonomia das Juntas de Freguesia é a Câmara, quando atinge os limites de endividamento, como aconteceu com os Executivos Socialistas. Relativamente a autonomia eu pergunto se promove a autonomia das Freguesias, um Executivo Municipal que vendo-se no limite de endividamento, transfere ilegalmente para as Juntas de Freguesia dívidas avultadíssimas que também elas violam completamente os limites de endividamento dessas mesmas Juntas de Freguesia. Se isto é autonomia, se isto é promover a colaboração com as Juntas de Freguesia, se isso é, que é importante, então sim senhor, se vocês estavam contentes com o regime anterior em que as Juntas estavam completamente endividadas, estavam completamente sem balão de oxigénio, se isto é aquilo que é importante, agora compreendo porque é que a questão da introdução de regras coloca aqui algumas dificuldades.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS):** -----

Eu penso que ouvi o Sr. Presidente dizer que não ia retirar nada às Juntas de Freguesia. Portanto, se assim for, se não retirar nada e se eu não for obrigado a renunciar a nada, posso-me abster ou votar favoravelmente. Se eu for obrigado a renunciar ao que quer que seja eu sou obrigado a votar contra. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação a primeira parte, do ponto um, da ordem do dia: "Proposta de Regulamento Municipal de atribuição de apoio às Freguesias e respetivo Protocolo", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Colocou a votação a segunda parte, do Ponto um, da ordem do dia, referente à aprovação da Denúncia dos Acordos de Execução nos termos da alínea k) no n.º 4, do artigo 134.º do anexo à

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*





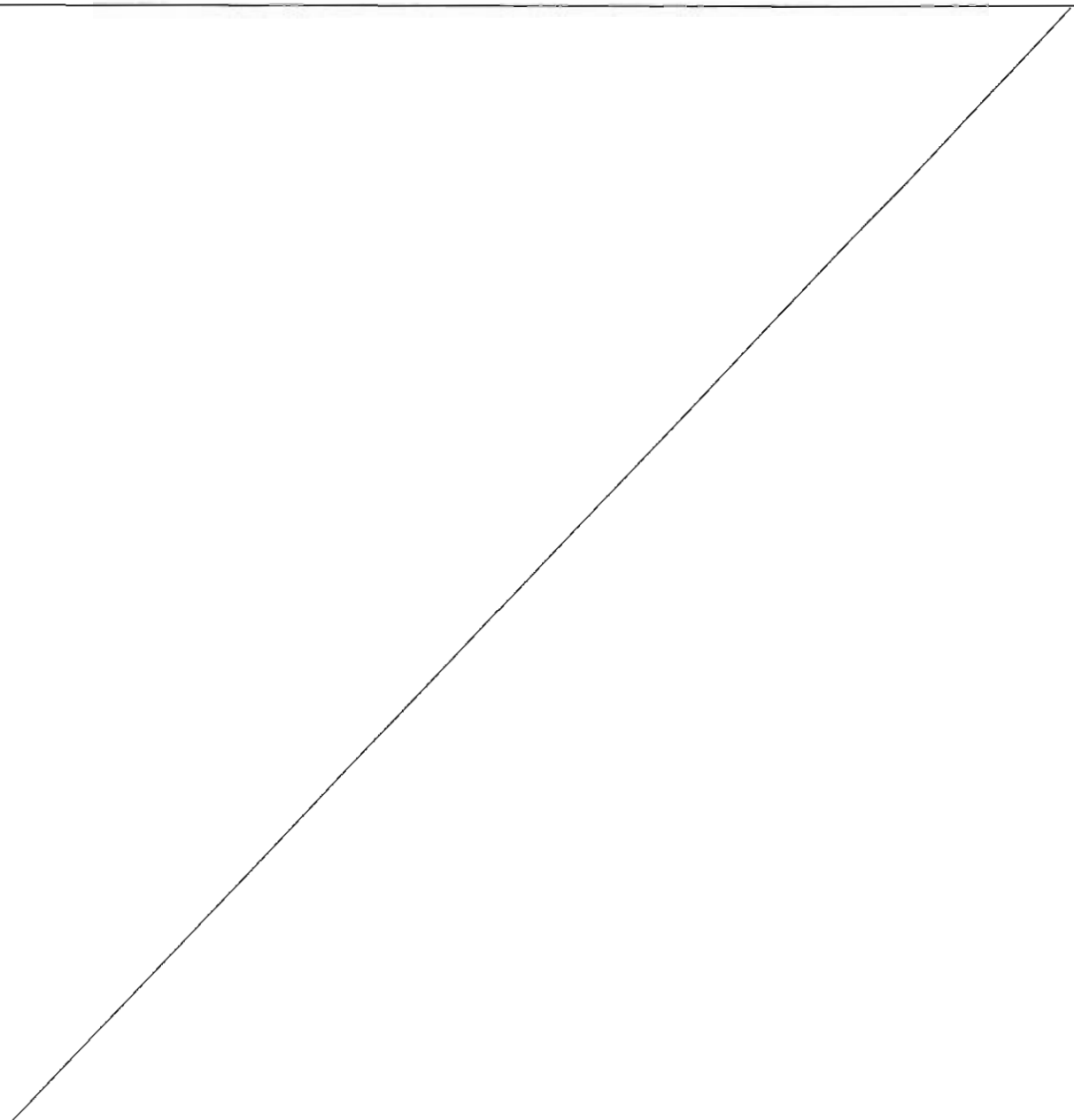
ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

*[Handwritten signature]*  
17

Lei 75/2013, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos contra, seis abstenções e dezoito votos a favor. -----

O Representante da Bancada do Partido Socialista apresentou declarações de voto, que a seguir se anexam. -----



*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

18



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

### **Declaração de voto PS – Proposta Regulamento Municipal de apoios às freguesias**

Esta proposta de regulamento permite ao Município conceder apoios às Juntas de Freguesia, no âmbito das suas competências próprias, o que merece o nosso apoio.

Sabemos também que este regulamento surge aqui já melhorado, em face da versão inicial, acolhendo propostas apresentadas em reunião de Câmara pela Vereação do PS, tendo sido aprovado na Câmara Municipal por unanimidade.

Estamos de acordo com todas as medidas que sirvam para valorizar as Juntas de Freguesia e reforçar o seu desempenho.

Esperamos que na aplicação deste regulamento, seja respeitada pela Câmara Municipal a autonomia das Juntas de Freguesia, pois estas não são meros departamentos do Município, nem devem ser tratadas como tal.

Peço Grupo Municipal do Partido socialista

Assembleia Municipal de Alijó de 29 de Março de 2018

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

19



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

#### Declaração de voto PS – **Proposta de denúncia dos acordos de execução**

A bancada do Partido Socialista é uma grande defensora da Freguesias, reconhecendo o papel vital das Juntas de Freguesia para a coesão territorial e a qualidade de vida das populações.

Em relação à importância que deve ser reconhecida às freguesias, mantemo-nos fiéis aos nossos princípios, os quais levaram que, ainda em 2012, nos tenhamos oposto à reforma administrativa do Governo PSD-CDS que levou à extinção de cerca de 1000 Juntas de freguesia no País, 5 das quais no nosso concelho.

Mais recentemente, no programa eleitoral que o PS Alijó apresentou ao eleitorado nas eleições de 2017, foi defendido o estabelecimento de *"relações de proximidade e colaboração entre o Município e as Juntas de Freguesia, estabelecendo com estes protocolos de delegação de competências mais alargados"*.

A nossa visão sobre as relações entre o Município e as Freguesias, passa assim por reforçar a delegação de competências e a transferência dos recursos financeiros necessários para tal, pois isso é do interesse das nossas populações.

Valorizamos e respeitamos as Juntas de Freguesia. E o nosso respeito passa também por dar aos Presidentes de Junta eleitos pelo PS, total liberdade para nesta Assembleia Municipal assumirem a posição que entendem melhor servir o interesse das suas freguesias, nesta como em outras matérias.

Mas esta bancada e em particular os deputados eleitos diretamente, têm de atender ao interesse de todo o concelho, na globalidade das suas atuais 14 freguesias e uniões de freguesias.

Assembleia Municipal de Alijó de 29 de Março de 2018

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

20



Grupo Municipal do Partido Socialista de Alijó

E não há dúvidas de que as Juntas de Freguesia estão mais próximas das populações e conseguem dar uma resposta mais eficaz na prossecução de muitas das competências do Município. Por isso, há uma garantia de melhor exercício das competências municipais e de boa aplicação dos recursos financeiros, no caso de várias das competências do Município serem delegadas nas Freguesias.

Não é por acaso que a nova Lei das Autarquias Locais, em vigor desde 2013, impõe como obrigatória a delegação nas Freguesias de várias competências dos Municípios.

Se o PS Alijó defende um reforço da delegação de competências, não pode estar de acordo com uma proposta que, pura e simplesmente, acaba com essa delegação. É isso que está em causa nesta proposta apresentada pela maioria PSD-CDS: acabar com os atuais acordos de execução, sem os substituir por outros.

Esta proposta da PSD-CDS não serve os interesses do concelho de Alijó e é apresentada em contraciclo, numa altura em que na ordem do dia no nosso País está, exatamente, a descentralização de competências nas autarquias locais.

Pelo Grupo Municipal do Partido socialista

*Paulo Miguel da Cruz Valde*

Assembleia Municipal de Alijó de 29 de Março de 2018

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

21

**PRESIDENTE DA MESA:** -----

Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira para fazer a sua declaração de voto. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B. E.):** -----

Cumprimentou os presentes e disse: Como toda a gente sabe, o Bloco de Esquerda está nos antípodas do PSD. Acontece que nas últimas votações acontecidas nesta Assembleia, o Bloco de Esquerda tem votado todos os diplomas, todas as propostas do PSD e do CDS. Fazemo-lo conscientes da responsabilidade que, desde o início, aqui alertámos que iríamos ter. -----

Mais uma vez, nós vamos votar a favor da proposta do Regulamento e do Protocolo que é apresentado pelo Executivo da Câmara Municipal, porque consideramos que o Concelho se debate com graves problemas estruturais, cujas responsabilidades se podem apontar, com uma dívida das Freguesias que é um problema gravíssimo e este é, porventura, mais uma tentativa para resolver problemas que têm sido negligenciados e camuflados ao longo de um período de tempo demasiadamente alongado. -----

Portanto, pensamos que este Regulamento e este Protocolo vão limar questões relativas à discricionariedade e também vão permitir uma maior proporcionalidade da atribuição de subsídios e de apoios às Juntas de Freguesia. -----

É por isso que votamos a favor. Votamos a favor em prol da nossa consciência, daquilo que nós achamos que é melhor para as populações do nosso Concelho e não porque tenhamos qualquer, não sei como dizer isto, qualquer relação ou coligação com o PSD e o CDS, como nos têm vindo a acusar publicamente nos últimos tempos. Só quero dizer que votamos sempre em consciência e, relativamente às acusações que nos têm feito, aproveito esta quinta-feira santa para fazer a minha oração pública e dizer, perdoai-lhes Senhor que eles não sabem o que dizem. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** -----

Introduziu de seguida o ponto dois da ordem do dia: "*Correção material do Plano Diretor Municipal de Alijó*". Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Este ponto tem a ver com a obrigatoriedade de se proceder à correção de dois lapsos que ocorreram aquando da revisão do nosso atual PDM, que foi aprovado em abril ou maio de 2014, se a memória não me falha. -----

Nessa revisão e na sequência do período da discussão pública foram acolhidas reclamações. Por acaso, as reclamações respeitantes a estas duas situações foram acolhidas, pura e simplesmente não foram vertidas depois para a cartografia. -----

Isso resultou que hoje, no nosso PDM, para estes dois locais, prevê um determinado uso do solo que colide com direitos já adquiridos anteriormente nesses mesmos espaços e por isso tem de se proceder à correção. São pequenas correções, duas. -----

Como sabem, corrigir um PDM é um assunto complexo, tem uma tramitação complicada, mas temos de o fazer. Ainda hoje subsiste alguma dúvida se este processo tinha ou não que vir à Assembleia Municipal. A quem diga ou seja da opinião, que é da estrita competência da Câmara Municipal, mas nós achamos por bem trazê-lo à Assembleia Municipal para que a Assembleia

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

Municipal deliberasse avançar com este procedimento para correção desses dois pequenos lapsos no nosso PDM. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Abriu período de intervenções, tendo-se inscrito os Srs. Deputados Cláudio Vilela, Márcio Ribeiro e António Pereira. Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. ---

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Uma breve nota sobre este ponto que tem a ver com o seguinte. Efetivamente temos algumas dúvidas que a correção material seja o método mais indicado para a realização desta alteração. Isto porquê? Porque como o Sr. Presidente referiu, porque foram apresentadas reclamações e não foram atendidas. Portanto, isto não é uma simples correção material do PDM. Isto causa algumas dúvidas. Será o objeto mais indicado este, da correção material, ou não? -----

Também não nos foi esclarecido nos documentos que nos enviaram, o Sr. Presidente também não esclareceu esta situação muito bem, pelo que na nossa opinião, estas situações não se enquadram no conceito de correção material. -----

A apresentação e a fundamentação técnica também é bastante escassa e não permite afastar essas mesmas dúvidas, pelo que vamo-nos abster neste ponto. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro. -----

**DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD-CDS.PP):** -----

Relativamente a este ponto a bancada da coligação entende que quer a fundamentação, quer a documentação de suporte são suficientes, são aliás, completas para suportar, enfim, a correção material que se pretende introduzir no PDM e, como tal, o nosso sentido de voto será favorável. - Não deixaremos, no entanto, de fazer aqui uma breve nota. O PDM esteve em revisão durante mais de dez anos. Durante esse período e entroncando até naquilo que foi o ponto anterior, a relação da Câmara com as Juntas, houve algumas Juntas, não digo todas, mas algumas sei que houve, que não foram tidas nem achadas a este propósito da revisão do PDM e se tivessem sido ouvidas, talvez o resultado final do PDM não fosse aquele que veio a ser. Eu, a este respeito da relação do Executivo Socialista, de então, com as Juntas de Freguesia termino, citando também, quero aqui meter a minha colherada, uma frase bíblica, não olhes para o que eu faço, olha para o que eu digo. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado António Pereira. -----

**DEPUTADO ANTÓNIO PEREIRA (B.E.):** -----

Eu queria fazer aqui uma referência. O PDM é um instrumento de gestão territorial da exclusiva responsabilidade da Câmara. Portanto, as Juntas de Freguesia têm de estar sempre informadas de tudo o que se passa a nível de um PDM. -----

Agora, quando se realiza um PDM, a equipa do PDM tem de fazer todas as diligências com as Juntas de Freguesia, com todas as entidades locais para que o PDM espelhe a realidade do Concelho, da sua totalidade, não é? -----

Eu só tenho aqui uma dúvida relativamente ao PDM porque este tipo de correções estão previstas por lei e são possíveis de fazer, alterações dos perímetros urbanos, o próprio cancelamento do PDM durante um período de tempo, também é possível. -----

*Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Mas a lei agora alterou-se um pouco, depois disto, a Câmara vai enviar para a Comissão de Coordenação da Região Norte as alterações que efetuou. A nível da Comissão o que é que se vai passar? Vai-se formar novamente a Comissão de Acompanhamento? A Comissão vai emitir um parecer? Porque há aqui um conjunto de aspetos que na verdade não se percebem, por exemplo, vai ser alterado algum limite da Reserva Ecológica nacional, da Reserva Agrícola Nacional, alguma coisa dessas? Vão ser alterados perímetros urbanos é verdade. Vai haver então, depois, um parecer técnico da CCDRN? É isso? -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

A alteração ou correção proposta para Vale de Mendiz, neste caso concreto, havia já um direito constituído, porque havia um loteamento anterior, perfeitamente autorizado e a equipa de revisão e esta situação também não foi depois observada ao nível da discussão pública, nem mesmo ao nível técnico aqui da Câmara, previu e classificou aquela área como espaço verde. Portanto, há um direito constituído tem que se alterar. -----

Numa outra situação, julgo que em Souto de Escarão, tinha a ver também com uma reclamação que foi feita no período de discussão pública, que foi considerada e depois não foi levada a cartografia. Ou seja, a realidade legal não condiz hoje com a cartografia existente. Portanto, é uma correção é verdade, mas nenhuma delas colide nem com REN nem com RAN. Nenhuma delas. -----

**PRESIDENTE DA MESA:** Deu a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.-----

**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Um pequeno pormenor que me esqueceu há pouco. Salientar que o PDM esteve em discussão pública, efetivamente as pessoas que tivessem reclamações poderiam as ter apresentado e em alguns casos isso não se concretizou.-----

**PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação o ponto dois da ordem do dia: “*Correção material do Plano Diretor Municipal de Alijó*”, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com doze abstenções e dezanove votos a favor. -----

Deu por terminados os trabalhos agradecendo a presença e participação de todos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão.-----

### APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/04/2018, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa.-----

A MESA  
  
Ata da Sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2018-03-29